



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ
CAMPUS COCAL
CURSO DE TECNOLOGIA EM AGROECOLOGIA**

KEULY DO NASCIMENTO SOUSA

**SABERES QUE CURAM: levantamento sobre plantas medicinais e proposta
educativa**

COCAL-PI

2026

KEULY DO NASCIMENTO SOUSA

SABERES QUE CURAM: levantamento sobre plantas medicinais e proposta
educativa

Trabalho de Conclusão de Curso (artigo científico) apresentado como exigência parcial para obtenção do diploma do Curso de Tecnologia em Agroecologia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, *campus* Cocal.

Orientadora: Profa. Dra. Elenice Monte Alvarenga.

SABERES QUE CURAM: levantamento sobre plantas medicinais e proposta educativa

Keuly do Nascimento Sousa¹
Elenice Monte Alvarenga²

RESUMO

O trabalho tem como foco a temática dos saberes populares relacionados ao uso de plantas medicinais, considerando sua importância cultural e seu papel no cuidado em saúde especialmente nas comunidades rurais brasileiras. O propósito do estudo foi realizar um levantamento bibliográfico sobre a prática da utilização das plantas medicinais, destacando a relevância do diálogo entre conhecimentos tradicionais e o científico, além de propor uma ação educativa que vise a promoção do uso seguro dessas práticas. A metodologia adotada é de caráter qualitativo do tipo revisão bibliográfica, baseada na análise de artigos científicos, livros, documentos institucionais e oficiais relacionados ao tema de interesse. Após a seleção, os estudos foram analisados de maneira interpretativa e escolhidos os mais pertinentes aos objetivos da pesquisa, o que possibilitou a formação do quadro de síntese. Os resultados evidenciam que o uso de plantas medicinais continua presente nas comunidades, transmitido entre gerações como uma forma de cuidado e preservação das culturas e tradições. Contudo, os estudos também mostram a presença de desafios relacionados ao uso inadequado das plantas, ausência de orientação segura, e a desvalorização desses saberes. Diante desse contexto, foi criada a proposta educativa com foco na educação em saúde, valorização dos saberes, visando incentivar práticas mais seguras e conscientes. Conclui-se que a integração entre diferentes formas de conhecimentos é necessária e importantíssima para preservação cultural, promoção de educação em saúde e contribuir para o uso responsável das plantas medicinais.

Palavras-chave: Saberes Populares. Educação em Saúde. Fitoterápicos. Agroecologia. Plantas Medicinais.

ABSTRACT

This work focuses on the theme of popular knowledge related to the use of medicinal plants, considering their cultural importance and their role in health care, especially in Brazilian rural communities. The purpose of the study was to conduct a bibliographic survey on the practice of using medicinal plants, highlighting the relevance of the dialogue between traditional and scientific knowledge, as well as proposing an educational action aimed at promoting the safe use of these practices. The methodology adopted is qualitative, of the bibliographic review type, based on the

¹ Graduanda em Tecnologia em Agroecologia. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) *campus* Cocal. keulys31@gmail.com

² Doutora em Biotecnologia. Docente permanente do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) *campus* Cocal. elenice.alvarenga@ifpi.edu.br.

analysis of scientific articles, books, institutional and official documents related to the topic of interest. After selection, the studies were analyzed in an interpretive manner, and those most relevant to the research objectives were chosen, which allowed the formation of the synthesis framework. The results show that the use of medicinal plants remains present in communities, transmitted between generations as a form of care and preservation of cultures and traditions. However, the studies also show the presence of challenges related to the inappropriate use of plants, lack of safe guidance, and the devaluation of this knowledge. In this context, an educational proposal was created focusing on health education and the valuing of knowledge, aiming to encourage safer and more conscious practices. It is concluded that the integration of different forms of knowledge is necessary and extremely important for cultural preservation, the promotion of health education, and contributing to the responsible use of medicinal plants.

Keywords: Popular Knowledge. Health Education. Herbal Medicines. Agroecology. Medicinal Plants.

Data de aprovação: 11/02/2026

1 INTRODUÇÃO

Sabe-se que a utilização de plantas medicinais como forma de tratamento e prevenção de enfermidades é uma prática tão antiga quanto a própria espécie humana (Jardim; Sossea; Ribeiro, 2025). Há indícios de que esta prática existe desde as civilizações mais antigas, nas quais por meio de experimentos descobriram o poder curativo dessas plantas de forma empírica (Amorim *et al.*, 2021).

É bastante comum que essas práticas sejam preservadas principalmente quando se trata das comunidades interioranas onde esses conhecimentos sobre ervas e seus usos costumam ser repassados de geração em geração. É comum que as famílias recorram a infusões naturais e ervas como uma alternativa acessível. Esses saberes representam não apenas estratégias de cuidado, mas uma forma de expressão da identidade da resistência cultural de um povo que persiste ao tempo com sabedoria (Martins *et al.*, 2022).

Contudo, apesar da grande relevância tanto cultural quanto terapêutica dessas plantas, nota-se que esses saberes tradicionais enfrentam um processo de desgaste principalmente entre a juventude. A preferência por medicamentos convencionais, na maioria das vezes considerados de ação rápida e eficaz, tem

levado à desvalorização dos saberes tradicionais sobre as plantas medicinais (Xavier; Silva; Lima, 2021).

Além disso, há uma carência quando se trata do reconhecimento dos princípios ativos presentes nas plantas medicinais e as formas adequadas de uso, podendo, assim, ocasionar problemas à saúde. Embora possuam efeitos benéficos, também podem causar reações colaterais, toxicidade e contraindicações medicamentosas.

Esse fenômeno resulta na necessidade da criação de espaços de diálogos que relacionem tanto os saberes populares quanto o conhecimento científico, garantindo a segurança no uso das plantas medicinais, e o fortalecimento da identidade cultural da comunidade (Silva; Pamponet; Nascimento, 2022).

Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo explorar os saberes populares e científicos sobre o uso das plantas medicinais e sistematizá-los por meio de um levantamento bibliográfico, promovendo o diálogo entre os saberes populares e científicos, de modo que esse material possa ser utilizado como base para futuras ações educativas, servindo à proposição de uma intervenção pedagógica.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A relação entre as plantas medicinais e a saúde humana remonta a gerações e, desde então, tem-se notado cada vez mais a importância da valorização e dos saberes tradicionais para o bem-estar, para o fortalecimento cultural e educacional das comunidades.

2.1 USO DAS PLANTAS MEDICINAIS AO LONGO DA HISTÓRIA

Desde a antiguidade, as plantas medicinais vem sendo uma fonte de inspiração na busca por soluções e formas de tratamento às enfermidades, sendo, deste modo, compartilhada ao longo dos séculos de geração em geração.

Antes mesmo da existência da escrita formal, observava-se que, certas plantas agiam com efeitos diferentes sobre o corpo, sendo disseminado esse conhecimento por meio da tradição e da experiência, conforme destaca Biljana Bauer Petrovska, *“Healing with medicinal plants is as old as mankind itself”*,

indicando que o uso de plantas medicinais para fins terapêuticos é tão antigo quanto a própria humanidade (Petrovska, 2012).

Segundo Duarte (2006), os primeiros registros relacionados ao uso das plantas medicinais foram datados em 500 a.C., em um texto chinês que relata nomes, doses, além de indicações de uso de plantas no tratamento de doenças. Outros registros encontrados foram no manuscrito Egípcio “*Ebers Papyrus*”, de 1.500 a.C., que continha informações sobre 811 prescrições e 700 drogas.

Neste contexto, até mesmo na Bíblia Sagrada são encontradas referências a algumas espécies utilizadas não apenas com fins terapêuticos, mas também para fins religiosos e rituais. Como no livro de Êxodo e Salmos, nos quais é observado o relato do uso de óleos e ervas para a cura de enfermidades e alívio da dor (Dafni; Böck, 2019).

Atualmente, as plantas medicinais não são apenas uma alternativa de tratamento e prevenção de doenças, mas também atuam como fonte e inspiração para a medicina moderna, e isto se deve, principalmente, ao conhecimento popular acumulado com o tempo.

2.2 SABERES POPULARES E IDENTIDADE CULTURAL

Os saberes populares são, de certa forma, intimamente ligados à identidade cultural de um povo ou comunidade, uma vez que o conhecimento tradicional corresponde a todo o acúmulo de informações adquiridas ao longo do tempo por uma comunidade.

O conhecimento popular sobre as plantas terapêuticas refere-se ao saber tradicional e empírico sobre o uso de plantas para fins medicinais que têm sua origem no contexto familiar e que é repassado de geração em geração entre comunidades. Esse conhecimento fundamenta-se na vivência, na observação cotidiana e na prática, sendo passada oralmente por meio dos costumes tradicionais (Silva, 2011).

De acordo com a Organização Mundial de Saúde, uma parcela significativa da população mundial faz a utilização das plantas medicinais para promover a saúde e tratar enfermidades, sendo estimado que entre 40% e 90% da população dos países membros recorra a essas práticas (WHO, 2025). Contudo, na maioria das vezes

essa utilização ocorre sem que os indivíduos reconheçam essas espécies como “plantas medicinais”, ou entendam suas propriedades terapêuticas de maneira científica, utilizando-as, às vezes, simplesmente por ser tradição ou por que alguém disse que funciona.

Frequentemente, na abordagem popular tais plantas são denominadas de formas diferentes como chás caseiros, ervas do quintal e até mesmo “remédios do mato”. Nesse sentido, uma mesma planta pode apresentar diversos nomes populares e indicações terapêuticas, variando conforme a região, a cultura e a experiência de quem está a ensinar. Um exemplo é o boldo (*Peumus boldus*), conhecido em algumas regiões como o boldo-da-terra, boldo-do-Chile, sendo tradicionalmente usado para problemas digestivos, no entanto seu uso excessivo pode causar efeitos adversos como irritação gástrica e contraindicações em determinados casos, como, por exemplo, gravidez por ser considerado tóxico (Lorenzi; Matos, 2008).

Outro exemplo é *Melissa officinalis*, a erva-cidreira conhecida como capim-cidreira ou até mesmo capim-santo, utilizada como calmante natural e para auxiliar no tratamento de distúrbios digestivo (Brasil 2012).

O quebra-pedra (*Phyllanthus niruri*), é outra espécie bastante utilizada e conhecida principalmente por suas propriedades diuréticas e por seu tratamento em cálculos renais e distúrbios no trato urinário. O uso prolongado pode provocar efeitos adversos e interações medicamentosas, sendo importante a utilização com cautela (Rani; Pooja, 2025)

A *Dysphania ambrosioides*, conhecida como mastruz, é amplamente utilizada na medicina tradicional em diferentes regiões da América Latina, sendo empregado principalmente no tratamento de verminoses, inflamações e problemas respiratórios. Essa planta apresenta compostos bioativos com potencial terapêutico, o que explica sua ampla utilização na medicina popular, ainda assim, o uso inadequado do mastruz pode provocar efeitos adversos, especialmente quando utilizado em doses elevadas, podendo causar irritações gastrointestinais e outros efeitos tóxicos (Kadi *et al.*, 2024)

Além disso, as comunidades normalmente atribuem características simbólicas às plantas que as possam classificar como, por exemplo, fracas, fortes, quentes ou mansas, o que, de certa forma, orienta a cautela na dosagem e modo de uso.

Essas percepções revelam o conhecimento que é adquirido por meio das experiências cotidianas no uso dessas plantas pelas comunidades e como se é transmitido, confirmando que, até mesmo quando não se tem um conhecimento científico, ainda se tem conhecimento pelas vivências.

Nas zonas rurais é comum o uso das plantas curativas, que se tornam uma forma mais acessível ao cuidado com a saúde, principalmente por haver, na maioria das vezes, um déficit no acesso a serviços médicos (Almeida Neto, Barros, Silva, 2015).

Entretanto, nota-se uma crescente desvalorização desses conhecimentos, resultado este do avanço tecnológico e modernização, já que, atualmente, medicamentos possuem mais rápida ação e acabam por ser preferíveis, escolhidos principalmente pela juventude (Gómez-Balsa *al et.*, 2021). Essa desvalorização de conhecimentos tradicionais pode levar ao risco do empobrecimento e erosão cultural de gerações futuras relacionadas a esses saberes sobre formas de tratamento naturais.

Portanto, como forma de resistência e fortalecimento da identidade comunitária, torna-se necessária a valorização e a preservação desses saberes, uma vez que isto favorece o diálogo entre os conhecimentos científicos e populares.

2.3 PLANTAS MEDICINAIS E SAÚDE PÚBLICA

No Brasil, o Sistema Único de Saúde (SUS) tem reconhecido a importância das plantas medicinais e dos fitoterápicos na promoção da saúde e no tratamento de doenças. Nesse sentido, a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos foi estabelecida para garantir o acesso seguro e eficaz a esses recursos terapêuticos (Ministério da Saúde, 2020).

As Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) representam um avanço no reconhecimento institucional do que é usado pela população, incluindo a utilização das plantas medicinais. Porém, essas práticas em âmbito de saúde pública, não tem como objetivo substituir os tratamentos convencionais, e sim ampliá-los, de forma que promovam uma abordagem mais integral e completa, além

de contribuir para a valorização dos saberes tradicionais e fortalecer o vínculo entre serviços de saúde e comunidade.

De igual maneira, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) revisou o documento oficial Formulário de Fitoterápicos da Farmacopeia Brasileira, agora com 85 monografias de espécies e 236 formulações, reafirmando o compromisso à qualidade e segurança dos fitoterápicos (ANVISA, 2021).

Os fitoterápicos são produtos com ação medicinal derivados de plantas e são empregados com finalidade de tratar enfermidades e ferimentos. Podem ser utilizadas de diversas maneiras, principalmente como infusão, decocção, tinturas, óleos essenciais e pomada, dependendo da parte da planta e da finalidade terapêutica (BRASIL, 2015; ANVISA, 2023). Eles englobam qualquer produto obtido por meio da planta medicinal, de modo que, tanto droga vegetal modificada como medicamento fitoterápico, são englobados como fitoterápicos (BRASIL, 2014).

Ainda, sobre o Uso de Fitoterápicos e Plantas Medicinais, ressalta-se a importância de se utilizar apenas produtos regularizados, respeitando-se as doses e indicações corretas, a fim de se evitar riscos à saúde (ANVISA, 2023). Isto porque, embora as plantas medicinais sejam, de certa forma, uma alternativa mais natural de cuidado com a saúde, é válido lembrar que isso não quer dizer que seu uso não apresente riscos (Veiga Júnior *et al.*, BRASIL, 2023). A dosagem incorreta, uso inadequado, consumo prolongado, e a associação com alguns medicamentos convencionais pode levar a efeitos adversos à saúde.

Logo, entende-se que a perspectiva de que “a planta é natural e não faz mal” pode levar a práticas inseguras e irracionais, podendo comprometer de forma negativa a saúde, o que decorre, por vezes, exatamente da carência de orientação adequada.

Nesse sentido, a educação sobre o uso das plantas medicinais é necessária para garantir a utilização adequada das plantas terapêuticas. É importante unir o saber popular e o científico para que haja compreensão do uso seguro, ajudando a prevenir erros de uso e garantir a obtenção dos benefícios terapêuticos desejados (Reis, 2023).

2.4 EDUCAÇÃO E O DIÁLOGO ENTRE OS SABERES

O ambiente escolar é uma ferramenta fundamental para desenvolver a valorização e a construção de uma consciência crítica sobre as plantas medicinais no contexto de saúde humana, onde se incentiva o diálogo entre saberes, sendo essencial para promover o respeito e o bem-estar comunitário (Santos; Souza; Oliveira, 2019).

A educação torna-se uma estratégia pedagógica para que haja o alcance de crianças, jovens e adultos conscientes quanto à importância do uso responsável e seguro dessas plantas curativas, além de despertar o interesse destes pela própria cultura, levando em consideração suas experiências e realidades. Silva *et al.* (2020) ilustra isso ao aplicar uma abordagem educativa que integra plantas medicinais ao contexto da educação infantil, promovendo participação ativa dos alunos e valorizando os saberes locais.

Portanto, a educação é o elo principal para garantir não só o uso seguro e eficaz das plantas medicinais, mas também para fornecer a acessibilidade de informações precisas e confiáveis sobre propriedades medicinais, efeitos colaterais, interações medicamentosas, e prevenir até mesmo a automedicação.

Tanto a educação quanto o diálogo entre os saberes são fundamentais quando se trata de plantas medicinais, pois permitem a construção de práticas mais seguras, conscientes e culturalmente respeitadas (Siqueira *et.al*, 2021). O saber popular traz a importância do conhecimento repassado, baseando-se nas tradições e vivências cotidianas das comunidades, enquanto o saber científico trata-se de experiências e testes, contribuindo com informações precisas e acuradas sobre os usos de plantas medicinais, por exemplo.

Nesse sentido, a união entre o saber popular e o científico é necessária para que haja compreensão acerca do uso adequado, ajudando a prevenir erros de uso e garantindo a obtenção dos benefícios terapêuticos desejados (Reyes-García ,2010). Isso incentiva o desenvolvimento de ações educativas que promovam o despertar para esses saberes populares, além de proporcionar uma oportunidade de reflexão

sobre o uso racional e seguro dessas ervas medicinais, evitando práticas inadequadas que possam gerar riscos à saúde.

2.5 AGROECOLOGIA, SUSTENTABILIDADE E PRESERVAÇÃO DOS SABERES

A Agroecologia tem como um de seus princípios a relação equilibrada entre o ser humano e a natureza, unindo aspectos ecológicos, sociais e culturais, valoriza os conhecimentos locais, o manejo sustentável dos recursos naturais reconhecendo que a interação entre o homem e a natureza deve se dar de forma respeitosa. Contribui para o cultivo e utilização das plantas medicinais ao incentivar práticas agrícolas sustentáveis que respeitam os ciclos naturais e preservam a biodiversidade (Silva; Sousa, 2018).

A Agroecologia pode ser aplicada à produção de plantas medicinais de diversas maneiras como cultivo orgânico e agrofloresta, por exemplo. O cultivo orgânico é fundamental para garantir qualidade e segurança das plantas medicinais, enquanto o agroflorestal pode ser integrado juntamente com outras plantas ou árvores.

No contexto da sustentabilidade, a Agroecologia vai além da preocupação ambiental, integrando outros fatores como o social e o cultural. Além disso, tem como objetivo proporcionar o cuidado com a continuação da vida e bem-estar das comunidades além da preservação da biodiversidade para as gerações futuras (Gliessman, 2015).

Quando se fala sobre gerações futuras é nítida a importância da preservação das plantas medicinais. Atualmente algumas espécies estão sendo ameaçadas de extinção, dentre outros fatores, por causa da absurda exploração dos recursos naturais, o que pode vir a impactar as gerações vindouras, tanto na perda de conhecimento e tradição quanto de maneira que implica a saúde (OMS, 2013).

A preservação da biodiversidade está diretamente associada às pesquisas sobre plantas medicinais, já que conhecer as propriedades curativas das espécies vegetais pode fortalecer políticas de conservação ambiental, ao atribuir valor

científico e econômico a ecossistemas que, muitas vezes, são ameaçados pelo desmatamento e pela exploração predatória.

Outro argumento relevante refere-se ao potencial econômico da fitoterapia e da bioprospecção. Sabe-se que, as indústrias farmacêutica e cosmética têm crescentemente investido em substâncias de origem vegetal, gerando oportunidades de desenvolvimento regional, empreendedorismo e inovação e, neste cenário, o Brasil desponta como campo privilegiado, tendo em vista sua grande biodiversidade.

A preservação dessa biodiversidade está diretamente interligada à Agroecologia, de modo que, ao conhecer as propriedades curativas das espécies vegetais pode fortalecer políticas de conservação ambiental, ao atribuir valor científico e econômico a ecossistemas que, muitas vezes, são ameaçados pelo desmatamento e pela exploração predatória.

Segundo Altieri (2012), a Agroecologia valoriza o conhecimento local e o uso consciente dos recursos naturais, com o objetivo de fortalecer a autonomia das comunidades e a conservação da biodiversidade.

A partir deste levantamento, torna-se evidente a necessidade de promover espaços de troca de saberes entre o tradicional e o científico, favorecendo práticas educativas e comunitárias que de maneira eficiente preservem e transmitam esses saberes de forma segura e consciente.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A seguir, apresenta-se a caracterização deste estudo, com indicações acerca dos procedimentos metodológicos aplicados em sua execução.

3.1 TIPO DO ESTUDO

O presente estudo é uma pesquisa de caráter qualitativo pois busca entender os fenômenos atribuídos ao conhecimento e uso das plantas medicinais, a partir da interpretação de significados, valores, e práticas sociais adequadas a estudos que envolvem saberes tradicionais (Minayo, 2014).

Caracterizando-se como um levantamento bibliográfico, no qual se objetiva reunir, analisar e sistematizar os conhecimentos, tanto populares quanto científicos existentes relacionados ao uso de plantas medicinais, por meio de materiais já publicados como livros, artigos científicos e documentos oficiais (Gil, 2017).

3.2 LEVANTAMENTO DE DADOS

A busca pelos materiais utilizados se deu entre os meses de outubro a dezembro de 2025. Materiais foram consultados em bases de dados científicas: Scielo, Google Acadêmico, Biblioteca Virtual Em Saúde (BVS), Capes Periódicos, além de documentos oficiais do Ministério da Saúde e Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), Relação Nacional de Plantas Medicinais de Interesse ao SUS (RENISUs).

Nas buscas realizadas nas respectivas bases de dados, foram utilizados os seguintes descritores relacionados à temática e suas combinações como: “fitoterapia” e “saúde pública”; “saberes populares e científicos”; “plantas medicinais” e “educação em saúde”; “plantas medicinais” e “uso seguro”; “plantas medicinais” e “comunidades rurais”.

Os critérios de inclusão foram publicações ocorridas entre os anos de 2010 a 2025 (15 anos), nos idiomas Português e Inglês, que abordassem o uso terapêutico de plantas medicinais, políticas públicas e fitoterápicos, preservação de saberes populares, e educação e diálogo entre saberes.

3.3 ANÁLISE DE DADOS

Após a busca, esses materiais foram levando em conta os principais conceitos e informações relevantes concernentes ao tema, permitindo a sua seleção para a formação de uma base teórica sólida que discutisse o uso das plantas medicinais, saberes populares e científicos, e educação em saúde.

Por meio do agrupamento dessas informações, foram sendo identificados e comparados pontos em comum nesses materiais, além de diferenças e contribuições importantes para a compreensão acerca dos saberes sobre as plantas medicinais.

3.4 PROPOSTA EDUCATIVA

Com base nos resultados, sugeriu-se uma proposta educativa, fundamentada nos saberes e conhecimentos tradicionais e científicos voltada à abordagem sobre a temática acerca do uso de plantas medicinais, levando-se em consideração o diálogo entre ambos, com o objetivo de orientar o uso seguro, além de incentivar essa temática em contexto escolar ou comunitário.

A organização da proposta se deu por etapas, em que, inicialmente, por meio da literatura analisada, foram identificados os principais temas relacionados ao uso das plantas medicinais, bem como o uso tradicional, cuidados no preparo, riscos do uso inadequado e orientação em saúde.

Em seguida, a proposta educativa foi elaborada com o foco na educação em saúde, levando-se em conta, uma linguagem acessível para as comunidades rurais e respeitando-se os conhecimentos tradicionais locais. As ações sugeridas abrangem atividades educativas de natureza informativa, como materiais explicativos, rodas de conversa, e momentos de troca de saberes e conhecimentos, possibilitando, dessa forma, o compartilhamento de experiências.

Ressalta-se que a proposta educacional é sugestiva e adaptável, podendo ser aplicada e ajustada de acordo com a realidade de diferentes contextos comunitários e escolares. No entanto, não foi executada na prática no âmbito deste trabalho de conclusão de curso.

Logo, a proposta educativa possui a finalidade de servir como material de apoio e subsídio teórico para educadores, profissionais de saúde, e até mesmo pesquisadores interessados em desenvolver interações educativas que envolvam saberes populares e científicos sobre as plantas medicinais.

Para melhor organização e compreensão dos dados obtidos no levantamento bibliográfico, foram elaborados quadros e gráficos que sintetizam as principais informações identificadas na literatura analisada. Os quadros 1 e 2 apresentam exemplos de plantas medicinais citadas nos estudos, destacando suas indicações de uso segundo o conhecimento popular e possíveis riscos associados ao seu uso. Já os gráficos demonstram a quantificação dos materiais utilizados no levantamento bibliográfico, bem como os principais temas abordados nos estudos selecionados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As plantas medicinais são amplamente utilizadas pela população para o tratamento de diversos problemas de saúde. Entretanto, seu uso deve ser realizado com cautela, pois algumas espécies podem apresentar contraindicações ou efeitos adversos quando utilizadas de forma inadequada.

O Quadro 1, apresenta a síntese de algumas das plantas medicinais citadas nas referências analisadas, destacando suas indicações de uso segundo o conhecimento popular e possíveis riscos ou contraindicações relatados na literatura,

Quadro 1 – Síntese das principais informações encontradas nos materiais estudados.

Planta (nome popular/científico)	Finalidade popular	Riscos / contraindicações
Babosa / Aloe vera	Cicatrização, inflamações de pele	Pode causar alergia; uso interno excessivo irrita intestino
Mastruz / Chenopodium ambrosioides	Digestivo, vermífugo	Tóxico em excesso; contraindicado na gravidez
Boldo / Peumus boldus	Auxílio digestivo, fígado	Uso prolongado pode irritar estômago; contraindicado em obstrução biliar
Malva / Malva sylvestris	Anti-inflamatório, tosse	Uso excessivo pode causar diarreia
Quebra-pedra / Phyllanthus niruri	Pedra nos rins, problemas urinários	Uso excessivo afeta rins e fígado
Camomila / Matricaria recutita	Pedra nos rins, problemas urinários	Pode causar alergia em pessoas sensíveis à família Asteraceae
Alecrim / Rosmarinus officinalis	Digestivo, circulação	Uso em excesso pode irritar estômago
Cidreira-do-brejo / Cymbopogon citratus	Calmante, digestivo	Excesso pode baixar pressão
Gengibre / Zingiber	Náuseas, digestivo,	Pode aumentar risco de

officinale	anti-inflamatório	sangramentos em excesso
Erva-doce / Pimpinella anisum	Digestivo, lactação	Pode aumentar risco de sangramentos em excesso
Camomila-alemã / Chamomilla recutita	Calmante, digestivo	Raramente alergias; cuidado em pessoas alérgicas à família das Asteráceas
Eucalipto / Eucalyptus globulus	Respiratório, expectorante	Uso interno excessivo pode irritar mucosas; não indicado para crianças pequenas
Erva-cidreira / Melissa officinalis	Calmante, ansiedade, insônia	Uso excessivo causa sonolência intensa

Fonte: autoria própria (2026)

A análise das plantas citadas nas referências evidencia que muitas delas são amplamente utilizadas na medicina tradicional, principalmente para tratar problemas digestivos, respiratórios e inflamações. Plantas como babosa, boldo, hortelã e erva-cidreira aparecem frequentemente na literatura e também são bastante conhecidas pela população (Latif; Nawaz, 2025).

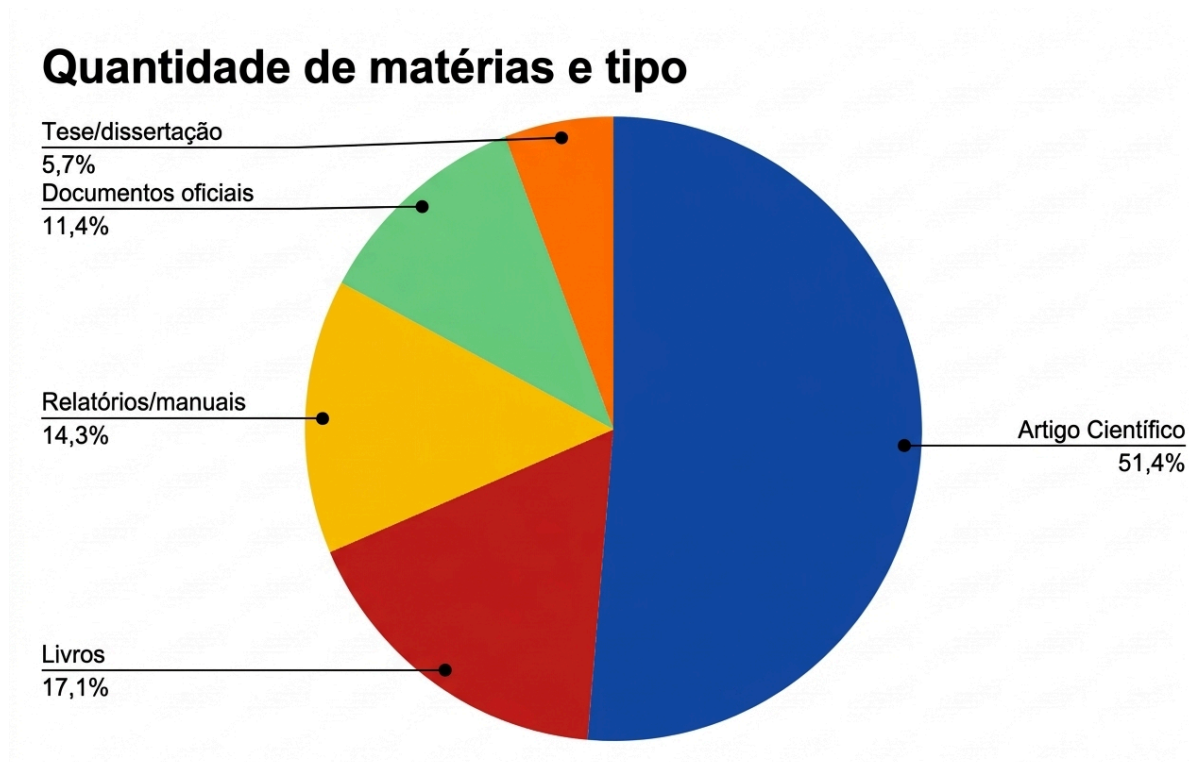
Entretanto, os estudos também destacam que algumas dessas plantas podem apresentar riscos quando utilizadas em excesso ou sem orientação adequada (Veloso *et al.*, 2023). O mastruz, por exemplo, apesar de ser tradicionalmente utilizado como vermífugo, pode apresentar efeitos tóxicos quando consumido em grandes quantidades. De forma semelhante, o boldo pode causar irritações gastrointestinais quando utilizado de maneira inadequada.

Esses resultados reforçam a importância de promover o uso racional das plantas medicinais, integrando o conhecimento popular com informações científicas e orientações da área da saúde. Dessa forma, é possível valorizar os saberes tradicionais sem deixar de considerar os cuidados necessários para garantir a segurança no uso dessas plantas.

O gráfico 1 a seguir apresenta a quantidade de materiais utilizados no levantamento bibliográfico, categorizados de acordo com seu tipo, como artigos

científicos, livros, relatórios, documentos oficiais e dissertação. Essa organização permite compreender a diversidade e a relevância das fontes consultadas

Gráfico 1– Quantificação de materiais usados para o desenvolvimento do levantamento bibliográfico.



Fonte: autoria própria (2026)

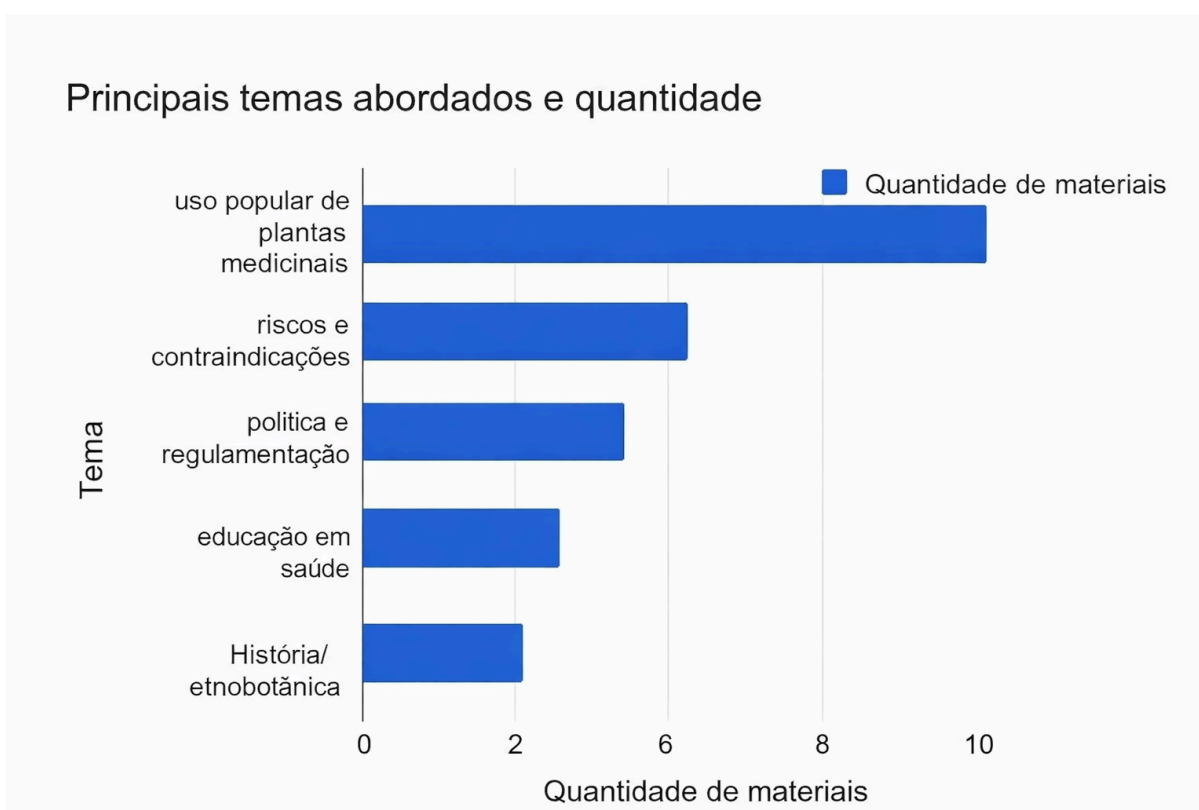
O Gráfico 1, observa-se que a maioria dos materiais referidos consiste em publicações científicas, o que destaca a busca por pesquisas recentes e que passaram por revisão da comunidade acadêmica. Esse tipo de material frequentemente apresenta descobertas de estudos recentes, ajudando a sustentar teoricamente a pesquisa.

Adicionalmente, também foram consultados livros e documentos de instituições, como publicações do Ministério da Saúde e da ANVISA, que oferecem orientações significativas acerca da utilização de ervas medicinais e fitoterápicos no Brasil. Esses recursos complementam os artigos científicos ao trazer informações normativas e diretrizes relacionadas à saúde pública. A adoção de variadas fontes indica a preocupação em reunir dados de diferentes naturezas, possibilitando uma

análise mais abrangente sobre o uso de plantas medicinais, seus benefícios e eventuais riscos.

Os materiais selecionados foram analisados quanto aos principais temas abordados em relação ao uso de plantas medicinais. Essa classificação permitiu identificar os aspectos mais discutidos na literatura científica sobre o tema. O gráfico 2, a seguir apresenta os principais temas encontrados nos estudos analisados e a quantidade de materiais que abordam cada um deles.

Gráfico 2– Principais temas analisados.



Fonte: autoria própria (2026)

A análise dos materiais mostra que o uso popular de plantas medicinais aparece como um dos temas mais recorrentes na literatura. Esse resultado reforça a importância do conhecimento tradicional na utilização dessas plantas, prática que é transmitida entre gerações e amplamente presente em comunidades rurais e urbanas.

Outro tema frequentemente abordado refere-se aos riscos e contraindicações associados ao uso inadequado das plantas medicinais. Esse aspecto destaca a necessidade de orientação e de uso responsável dessas plantas, uma vez que,

apesar de serem naturais, podem apresentar efeitos adversos quando utilizadas de forma incorreta (Romaniv; Dalarmi; Lima, 2024)

Também foram identificados estudos que tratam da educação em saúde e do uso de plantas medicinais no contexto escolar, mostrando o potencial dessas temáticas como ferramentas pedagógicas para promover o diálogo entre saberes populares e científicos.

Dessa forma, os resultados indicam que a literatura não apenas reconhece a importância cultural do uso das plantas medicinais, mas também ressalta a necessidade de promover o uso seguro e informado dessas práticas.

O Quadro 2, apresenta a síntese dos principais estudos selecionados para essa revisão, destacando-se os temas centrais abordados e suas contribuições para a compreensão sobre o uso das plantas medicinais, relevância cultural dos saberes populares, educação em saúde, e a necessidade de ações educativas como estratégia de promoção de saúde e valorização.

Quadro 2 – Síntese de alguns estudos analisados na revisão bibliográfica.

AUTOR/ANO	TIPO DE ESTUDO	TEMA CENTRAL	PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES
Silva et al. (2021)	Revisão bibliográfica	Saberes Populares	Evidencia a importância cultural e terapêutica do conhecimento tradicional
Martins et al. (2022)	Estudo qualitativo	Comunidades rurais e tradição	Destaca a transmissão intergeracional dos saberes populares
Santos e Moraes (2024)	Estudo documental	Uso seguro de plantas medicinais	Alerta para riscos do uso inadequado
Brasil (2021)	Documento oficial	Fitoterapia no SUS	Incentiva o uso racional na saúde pública
Reis (2023)	Revisão bibliográfica	Educação em saúde	Defende ações educativas como estratégia central

Ferreira et al. (2023)	Estudo teórico	Desvalorização dos saberes tradicionais	Apona a perda progressiva do conhecimento popular
Altieri (2012)	Obra teórica	Agroecologia e sustentabilidade	Relaciona saberes tradicionais à sustentabilidade

Fonte: autoria própria (2026)

A análise do Quadro 2 evidencia que a maioria dos estudos destacam a importância cultural dos saberes populares relacionados às plantas medicinais, especialmente em áreas rurais. Além disso, refletem a relação entre a natureza e as comunidades, sendo fundamental na identidade cultural e popular. Assim, a valorização desses saberes é essencial para garantir a continuidade das práticas e das tradições (Silva de Lima, 2023).

Por outro lado, também se apontam as preocupações relacionadas à utilização inadequada e inconsciente das plantas medicinais, principalmente quando utilizadas sem orientação segura e, indo mais além, destaca-se também a perda gradativa desses conhecimentos pelas novas gerações (Brasil, 2020; Santos Moraes, 2024).

O levantamento bibliográfico realizado, possibilitou identificar que o uso de plantas medicinais permanece como forma de cuidado com a saúde e ainda é muito relevante, principalmente em comunidades rurais brasileiras. Estudos como os de Silva *et al.* (2021) e Martins *et al.* (2022) destacam que esses conhecimentos e práticas estão associados à cultura e identidade local e se alastram geracionalmente por meio da oralidade, de pai para filhos e avós para netos.

Entretanto, a literatura também relata desafios significativos relacionados a esse tipo de transmissão que contribui para a preservação dos saberes tradicionais, mas também podem de certa forma, favorecer o uso inadequado das plantas medicinais quando não há orientação quanto ao preparo, dosagem e as possíveis contra indicações.

A análise comparativa entre a confiança na eficácia das plantas e a prática efetiva de cultivo revela um paradoxo importante para a educação em saúde. Enquanto em comunidades rurais o cultivo doméstico é comum e garante acessibilidade financeira superior ao tratamento alopático, o cenário urbano

apresenta dinâmicas distintas. Em Vila Velha (ES) em contextos urbanos, observa-se que, apesar de 80% da população utilizar plantas medicinais e cerca de 90% confiar plenamente em sua eficácia, o cultivo doméstico é praticado por apenas 34,95% dos usuários (Albertasse; Thomaz; Andrade, 2010). Essa redução no cultivo próprio em áreas urbanas leva à dependência da compra de ervas, muitas vezes introduzidas ou domesticadas, em detrimento do uso de espécies nativas que demandariam coleta direta no ambiente natural.

Aponta-se ainda, conforme Ferreira *et al.* (2023), para o fenômeno que essas práticas vêm enfrentando, em um processo de desvalorização especialmente entre as novas gerações que buscam efeitos imediatos, ocasionando a perda desse patrimônio cultural.

A relevância da transmissão oral mencionada por Silva *et al.* (2021) e Martins *et al.* (2022) é corroborada por estudos de campo em diferentes contextos brasileiros. Em uma pesquisa realizada em Vila Velha (ES), constatou-se que mais de 70% dos entrevistados indicaram pais e avós como a principal fonte de informação, evidenciando que, mesmo em ambientes urbanos, o canal primário de absorção desses saberes permanece sendo a comunicação interpessoal e geracional (Ceolin *et al.*, 2011). Da mesma forma, em comunidades rurais como a de Quixabeira (BA), a socialização do conhecimento ocorre predominantemente no interior do grupo doméstico, sem a interferência de instituições mediadoras, o que torna os mais velhos "guardiões" fundamentais da memória histórica e cultural da comunidade (Tejero; Machado, 2022).

Outro fator determinante na manutenção desses saberes é o papel central da mulher no cuidado com a saúde familiar. Estudos demonstram que mulheres acima de 45 anos apresentam até 100% de confiança na eficácia das plantas medicinais, refletindo uma base cultural onde a responsabilidade pelo tratamento doméstico de doenças lhes é historicamente atribuída (Rodrigues; Casali, 2002). No contexto rural, essa predominância feminina é ainda mais acentuada; em levantamentos etnobotânicos no semiárido baiano, 97% dos informantes eram do sexo feminino, evidenciando que a preservação da tradição das "ervas que curam" está intrinsecamente ligada à identidade e ao cotidiano das mulheres nas comunidades (Santos Júnior, 2019).

No contexto da saúde pública, documentos oficiais reforçam a relevância de incorporar plantas medicinais aos serviços de saúde de maneira orientada e segura.

O Ministério da Saúde (Brasil, 2021) enfatiza a promoção do uso racional da fitoterapia no Sistema Único de Saúde, reconhecendo seu valor terapêutico desde que esteja relacionado, com práticas educativas e orientação correta.

A necessidade de integrar esses saberes ao SUS, conforme apontado pelo Ministério da Saúde (2021), está alinhada aos objetivos da Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF), que visa garantir o acesso seguro e o uso racional desses recursos (Brasil, 2006; Brasil, 2021). A PNPMF destaca que o Brasil possui a maior biodiversidade do planeta e uma rica diversidade étnica, o que gera um potencial tecnológico e terapêutico único. Além da segurança e eficácia, essa política federal enfatiza que o fortalecimento das cadeias produtivas de plantas medicinais deve promover a inclusão social e o fortalecimento da agricultura familiar, criando um elo entre a preservação ambiental, o desenvolvimento econômico e a atenção primária à saúde.

Contudo, mesmo que o potencial terapêutico seja reconhecido, a ausência de orientação, pode acarretar problemas sérios e gerar riscos à saúde, principalmente quando essas práticas substituem o acompanhamento profissional, que é como ocorre em muitas comunidades rurais, não por escolha, mas, na maioria das vezes, por um déficit na assistência à saúde local (Veiga Júnior; Pinto; Maciel, 2005).

A plena integração da fitoterapia no Sistema Único de Saúde (SUS) enfrenta obstáculos não apenas estruturais, mas de aceitação por parte dos profissionais. Há evidências de que o descrédito de profissionais de saúde em relação à farmacologia das plantas desestimula o uso racional por parte dos pacientes. Esse cenário reforça a urgência de propostas educativas que não apenas orientem a comunidade, mas que também sensibilizem os profissionais de saúde para a validade dos saberes populares reconhecidos pela Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (Brasil, 2012).

Nesse sentido, Reis (2023) salienta que a educação em saúde é uma estratégia central para promover o uso consciente e promover o diálogo entre saberes, além de minimizar a perda desses conhecimentos por parte das gerações futuras.

Ademais, a obra de Alteri (2012) contribui ao relacionar os saberes populares com a sustentabilidade e à Agroecologia, ressaltando que a valorização do conhecimento local beneficia a conservação da biodiversidade e a autonomia das comunidades. Esses aspectos demonstram que o conhecimento sobre plantas

medicinais vai além do cuidado com a saúde, estando também relacionado à preservação ambiental e cultural.

No âmbito da preservação ambiental e agroecológica discutida por Altieri (2012), observa-se que o grau de urbanização de uma comunidade influencia diretamente o tipo de flora medicinal utilizada. Enquanto comunidades mais urbanizadas tendem a conhecer e utilizar um maior número de espécies introduzidas e domesticadas, populações menos urbanizadas mantêm um vínculo mais estreito com a vegetação nativa e silvestre. Essa diferenciação é vital para a conservação biocultural, pois o uso de espécies locais do bioma, como a Caatinga ou Mata Atlântica, estimula a proteção dos ecossistemas naturais, evitando o que pesquisadores chamam de "extinção da experiência", que se configura na perda do contato direto entre o ser humano e o ambiente natural.

As ameaças à manutenção dos saberes tradicionais transcendem a simples falta de interesse dos jovens, alcançando a dimensão da degradação física dos ecossistemas. A exploração predatória de recursos naturais e o desmatamento de biomas como a Caatinga e a Mata Atlântica têm reduzido a disponibilidade de espécies medicinais silvestres, impactando diretamente a saúde das populações que delas dependem. O processo de urbanização, ao remover áreas verdes para a expansão de assentamentos humanos, promove a "extinção da experiência", uma desconexão cognitiva em que a perda do contato direto com o ambiente natural resulta na perda da capacidade de reconhecer, nomear e gerir a flora local. Quando a planta deixa de existir no cotidiano físico da comunidade, o ciclo de transmissão oral é interrompido, levando ao empobrecimento do patrimônio biocultural.

Portanto, os resultados demonstram que a valorização dos saberes populares sobre plantas medicinais está totalmente relacionado com a necessidade de ações educativas. Os autores analisados ainda convergem ao destacar a importância do diálogo entre o científico e o popular como ferramenta fundamental para a promoção da saúde e o fortalecimento da identidade cultural.

Diante desse cenário, os resultados desse levantamento bibliográfico reforçam a necessidade e influência da educação em saúde como uma estratégia de supra importância na promoção do bem-estar das comunidades e fortalecimento cultural.

Observa-se que a educação em saúde emerge como elemento crucial para enfrentar os desafios indicados na literatura, e a educação pode ir mais além, desde

a base, levando informações e orientações seguras, para a formação de cidadãos conscientes e capacitados, valorizando-se, assim, seus próprios conhecimentos já existentes acumulados com o tempo e agregando mais saberes.

Assim, a proposta educativa (Apêndice A) sugerida neste trabalho surge como uma resposta às lacunas destacadas pelos estudos analisados, buscando favorecer espaços de diálogo entre conhecimento popular e científico, orientar quanto ao uso seguro das plantas medicinais e contribuir para a valorização dos saberes tradicionais. Apesar de não ter sido aplicada na prática, a proposta constitui um suporte teórico e metodológico para futuras ações educativas escolares ou comunitárias.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho objetivou a realização de um levantamento bibliográfico sobre plantas medicinais, destacando os saberes populares e a importância da interação com o saber científico já existente. A partir da revisão da literatura nota-se que a utilização das plantas medicinais ainda se faz necessário em diferentes realidades e que mais do que uma forma de tratamento e prevenção de doenças, esses saberes são parte da identidade de um povo.

No entanto existem alguns desafios, como uso inadequado, perda desses saberes, lacuna entre científico e tradicional, que seguem acarretando sérios problemas, podendo até mesmo comprometer as futuras gerações. Reforça-se a necessidade e a importância da educação em saúde como ferramenta para unir os conhecimentos, fortalecer a identidade cultural e orientar sobre as plantas medicinais.

Por fim, espera-se que esse estudo contribua como material de apoio a futuras ações educativas e intervenções relacionadas a preservação dos saberes sobre as plantas medicinais. Além disso, sugere-se que estudos futuros aprofundem a temática através de pesquisa de campo, possibilitando uma maior compreensão das práticas locais e suas relações com o conhecimento científico.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA). Formulário de Fitoterápicos da Farmacopeia Brasileira: 2ª edição. Brasília: **ANVISA, 2021.**

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA). Medicamentos fitoterápicos. Brasília: **ANVISA**, 2023.

ALMEIDA NETO, MÁRIO JOSÉ RÊGO.; BARROS, VANESSA SOUSA GOMES.; SILVA, LUIZA SÁ DE ALBUQUERQUE. Importância do saber tradicional no uso de plantas medicinais. **Revista Brasileira de Plantas Medicinais**, v. 17, n. 3, p. 421-428, 2015.

ALTIERI, MIGUEL ANTÔNIO. Agroecology: the science of sustainable agriculture. 2. ed. Boulder: **Westview Press**, 2012.

AMORIM, LUCICLAUDIO CASSIMIRO de et al. Use of medicinal plants: History and relevance. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 10, p. e44101018282, 2021.

BISPO, WILKA MESSNER DA SILVA; FREITAS, EDILENE FERREIRA; CRUZ, ARIANE PINHEIRO; SILVA, RACIRE SAMPAIO; FRONZA, MÁRCIO. Perceptions and use of medicinal plants by an elementary and high school community in Vila Velha, Espírito Santo, Brazil. **Brazilian Journal of Pharmaceutical Sciences**, v. 57, 2021.

BRASIL. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. Plantas medicinais e fitoterápicos: orientações ao consumidor. Brasília: **ANVISA**, 2023.

BRASIL. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. Resolução da Diretoria Colegiada – RDC nº 26, de 13 de maio de 2014. Dispõe sobre o registro de medicamentos fitoterápicos e o registro e a notificação de produtos tradicionais fitoterápicos. Brasília: **ANVISA**, 2014. .

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Plantas medicinais e fitoterapia no Sistema Único de Saúde. Brasília: **Ministério da Saúde**, 2015.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos. Brasília: **Ministério da Saúde**, 2006. .

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Uso racional de plantas medicinais e fitoterápicos na Atenção Primária à Saúde; in: Contribuições para o uso racional de medicamentos – Volume 2. Brasília: **Ministério da Saúde**, 2021.

CABALLERO-SERRANO, VÍCTOR. Traditional ecological knowledge and medicinal plant use: evidence of erosion in younger generations. **Journal of Ethnobotany**, 2019.

COSTA, FERNANDA M. et al. Use and knowledge of medicinal plants among adults from rural communities in Northeastern Brazil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 38, 2022.

COSTA, RAFAEL AUGUSTO; PEREIRA. Saberes populares e saúde comunitária: práticas com plantas medicinais. **Revista de Saúde e Cultura**, v. 5, n. 2, p. 35-44, 2022.

DAFNI, AMOTS; BÖCK, BARBARA. Medicinal plants of the Bible — **revisited**. **Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine**, v. 15, art. 57, 2019.

FERREIRA, MARIA VIANA; LEBUINO, LUCÉLIA PAZ; SANTOS, JÂNIO SOUSA. Medicinal plants for traditional use in the south of Pará: an ethnobotanical study. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 12, p. e20778, 2021.

FERREIRA, ARISTON ALMEIDA; VASCONCELOS, TIBERIO CESAR LIMA DE. The irrational use of medicinal plants: an integrative review. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 8, p. 31295, 2024/2025.

GIL, ANTÔNIO CARLOS. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GLIESSMAN, STEPHEN ROBERT; MÉNDEZ, V. ERNESTO; IZZO, VICTOR M.; ENGLES, ERIC W. **Agroecology: Leading the transformation to a just and sustainable food system**. 4. ed. Boca Raton: CRC Press, 2022.

GÓMEZ-BALSA, MARCELA et al. How does urbanization affect perceptions and traditional knowledge of medicinal plants? **Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine**, v. 17, art. 16, 2021.

MINAYO, MARIA CECÍLIA DE SOUZA. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

MARTINS, CESAR AUGUSTO NUNES; DANTAS, JOSÉ ANTÔNIO DA SILVA; DE OLIVEIRA, CLÁUDIO ROBERTO MEIRA; SANDES, FABIANO SILVA. Ethnopedagogical knowledge about medicinal plants in a rural community of Quixabeira (Bahia, Brazil). **Research, Society and Development**, v. 11, n. 8, p. e30221, 2022.

OLIVEIRA, ROSELI LOURDES CARBOLIM et al. Etnoconhecimento associado ao uso de plantas medicinais por comunidades rurais em Peixoto de Azevedo, Mato Grosso. **Revista da Biologia**, v. 24, n. 1, p. 16-30, 2025.

PETROVSKA, BILJANA BAUER. Historical review of medicinal plants' usage. **Pharmacognosy Reviews**, v. 6, n. 11, p. 1-5, 2012.

REIS, TALITA SILVEIRA; SANTOS, CAMILA FONSECA; ALMEIDA, RENATA GOMES; LOPES, DENISE CARVALHO. Educação popular em saúde: práticas com plantas medicinais no contexto escolar. **Revista de Extensão e Comunidade**, v. 9, n. 1, p. 71-80, 2023.

REYES-GARCÍA, VICTORIA. The relevance of traditional knowledge systems for ethnopharmacological research: theoretical and methodological contributions. **Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine**, v. 6, art. 32, 2010.

RODRIGUES, DANIELA DE SOUZA; FERREIRA, ELIANA MARIA DE OLIVEIRA; LIMA, MARIA DE FÁTIMA ANTERO SOUSA. O uso de plantas medicinais como ferramenta pedagógica no contexto escolar. **Revista de Enfermagem da UFSM**, v. 8, n. 3, p. 471-480, 2018.

ROCHA, BARTIRA VICTORIA DANTAS DA; AMORIM, LUCICLAUDIO CASSIMIRO; SILVA, PALOMA MARIA DA; SILVA, MARCIA VANUSA DA. Use of medicinal plants: history and relevance. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 10, e44101018282, 2021.

SANTOS, RITA DE CÁSSIA DOS; SOUZA, MARIA DAS GRAÇAS FERREIRA DE; OLIVEIRA, ADRIANA MARIA DE. Educação em saúde e o uso de plantas medicinais no ambiente escolar. **Educação & Sociedade**, v. 40, e020774, 2019.

SILVA, LUZIA WILMA SANTANA DA; PAMPONET, LOHANA SOARES; CHELES NASCIMENTO, ISES GABRIELA MARQUES SILVA. Saberes populares no uso de plantas medicinais: tradição de valor familiar na convergência aos saberes científicos. REVERSE – **Revista Integrativa em Inovações Tecnológicas nas Ciências da Saúde**, v. 9, p. 325-351, 2022.

SILVA DE LIMA, MARIA GABRIELA ANDRADE. Valorização do saber tradicional em tempos de globalização. **Revista Cultura e Sociedade**, v. 15, n. 1, p. 29-38, 2023.

SOUZA, REINAN DO CARMO; SOARES, FERNANDA MOREAU DE ALMEIDA; PIRES, GUSTAVO TEIXEIRA; LEMOS, LÍVIA SANTOS LIMA; GOMES, ANDREA LIZABETH COSTA. Conhecimento popular acerca do uso de plantas medicinais em cidades do extremo sul da Bahia. REVERSE – **Revista Integrativa em Inovações Tecnológicas nas Ciências da Saúde**, v. 3, 2021.

VEIGA JUNIOR, VALDIR FLORÊNCIO DA; PINTO, ANGELO C.; MACIEL, MARIA AUXILIADORA COELHO. Plantas medicinais: cura segura? **Revista Brasileira de Plantas Medicinais**, v. 7, n. 3, p. 52-60, 2005.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (OMS). Biodiversity and health. Geneva: **World Health Organization**, 2023.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. WHO traditional medicine strategy: 2014–2023. Geneva: **World Health Organization**, 2013.

XAVIER, R. A.; VIDAL DA SILVA, V.; LIMA, R. A. Etnobotânica e a comunidade: saberes locais de plantas medicinais no Brasil. **South American Journal of Basic Education, Technical and Technological**, v. 8, n. 2, p. 165–180, 2021.

APÊNDICE A – PROPOSTA EDUCATIVA: ENCONTRO “SABERES QUE CURAM”

Tema: Diálogo entre o saber popular e a ciência no uso seguro de plantas medicinais.

Público-alvo: Adultos, idosos e jovens da comunidade (público leigo, de maneira geral).

Local: Ambiente de educação não formal (ex: galpão comunitário ou quintal produtivo).

Objetivos:

Valorizar a identidade cultural e o conhecimento repassado entre gerações (pais, avós e vizinhos).

Diferenciar o saber popular do científico, destacando a importância da união de ambos para a saúde.

Orientar sobre o uso seguro, combatendo o mito de que "plantas naturais não fazem mal".

Promover a consciência ecológica ligada à preservação da biodiversidade local.

Conteúdo Programático:

História e tradição: a transmissão oral do conhecimento.

Segurança no uso: dosagem, toxicidade e contraindicações.

Principais formas de preparo: infusão, decocção, sucos e cataplasmas.

Agroecologia e conservação: a planta medicinal como parte do meio ambiente.

Metodologia:

Etapa I: Roda de Saberes (1 hora)

Inicia-se com uma roda de conversa expositiva-dialogada.

Dinâmica: cada participante é convidado a citar uma planta que usa em casa (como o boldo, erva-cidreira, camomila, etc) e quem lhe ensinou a usá-la. O objetivo é reconhecer os mais velhos como "guardiões" da memória.

Discussão sobre a "extinção da experiência": como a vida urbana e a modernização afastam os jovens do contato com a natureza e das práticas tradicionais.

Etapa II: Ciência e Segurança na Mesa (2 horas)

Apresentação de amostras físicas de plantas (folhas, cascas, raízes).

Exposição sobre o Uso Seguro: explicar que o uso incorreto ou prolongado pode causar efeitos adversos e interações medicamentosas perigosas.

Demonstração Prática de Preparo:

Infusão: Para partes moles (folhas e flores).

Decocção: Para partes duras (cascas e raízes).

Importância da Higiene: Ressaltar a limpeza e a procedência da planta.

Etapa III: Caminhada Etnobotânica ou Mapeamento do Quintal (1 hora)

Se possível, identificar área de cultivo para realizar uma breve caminhada e identificar plantas nativas vs. plantas introduzidas.

Discutir como a degradação ambiental afeta a disponibilidade desses remédios naturais.

Recursos Didáticos:

Amostras de plantas medicinais da região (ex: Mastruz, Aroeira, Babosa).

Materiais explicativos com linguagem simples (cartazes ou cartilhas).

Utensílios de cozinha (chaleira, canecas) para demonstração.

Avaliação e Resultados Esperados:

A avaliação será qualitativa, observando a participação dos presentes, especialmente quanto ao aspecto da correlação daquilo que aprenderam com suas vivências cotidianas. Espera-se que, ao final, o público:

1. Tenha mais cautela com a automedicação natural.
2. Saiba preparar corretamente seus chás e remédios caseiros.
3. Sinta orgulho de sua herança cultural e entenda que preservar a natureza é preservar sua própria saúde.